

Parque Estadual de Setiba corre risco de acabar

O Parque Estadual de Setiba pode estar com os dias contados. No mês de junho acaba o prazo para o Governo do Estado pagar a indenização dos muitos proprietários de terrenos desapropriados para a criação da unidade de conservação, em 1990. Até agora menos de 10% da área, de 1,5 mil hectares, foi indenizada. O secretário de Estado do Meio Ambiente, Fernando Schettino, admite que será difícil para o Governo conseguir verba para cobrir as despesas - o total de recursos ele não soube informar - com as desapropriações e teme pelo futuro do parque.

O Governo do Estado atravessa no momento uma das suas maiores crises financeiras e Schettino já pensa em buscar uma parceria com a iniciativa privada para salvar o Parque Estadual de Setiba. O secretário lembra que essa é uma herança dos dois últimos governos. Mesmo voltando aos antigos donos, a área em questão é de proteção permanente e teria, por lei, que ser preservada. Fernando Schettino, no entanto, reconhece que a Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama) atualmente não tem estrutura de fiscalização para garantir a preservação de toda a região.

Dunas e restinga

Embora a unidade tenha sido criada em junho de 1990, até agora apenas 100 hectares foram desapropriados de fato. O secretário Fernando Schettino disse que no próximo mês uma comissão será criada para estudar alternativas para garantir a preservação do Parque de Setiba. Uma delas seria um novo decreto, que ele ainda não sabe se juridicamente é possível ser assinado.

O Parque de Setiba é uma das regiões de vegetação de restinga e dunas mais ricas do Estado e faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Espírito Santo. Além da área terrestre de 1,5 mil hectares, a reserva é formada ainda por três arquipélagos - as Três Ilhas -, o que eleva o total de área protegida do parque para sete mil hectares.

Outra área ameaçada pela falta de verbas do Governo do Estado é o Parque Estadual de Itaúnas, criado em novembro de 1991 e que tem prazo para indenização de quem tem terrenos na região da reserva até novembro de 96. Itaúnas tem cerca de três mil hectares de área de dunas, vegetação de restinga, rios e alagados. A região também é de preservação permanente.



Foto de Nestor Muller

Organizadas em associação, crianças da Ponta da Fruta recolheram filhotes de tartaruga para lançá-los ao mar

Crianças salvam tartarugas

A primeira atividade de preservação das espécies marinhas dos associados do Clube dos Filhotes da Baleia - crianças de seis a 14 anos moradoras da Ponta da Fruta - se realizou ontem por volta da 1 hora da madrugada, quando mais de 100 filhotes de tartarugas nasceram na praia e resolveram invadir a areia, a Avenida Beira-Mar e as casas situadas próximo ao local da desova. As crianças colocaram em prática as orientações sobre a preservação da espécie e recolheram as tartarugas em baldes e tanques com água. Somente à noite, com a ajuda de um técnico do Projeto Tamar, elas foram lançadas ao mar.

A secretária do Meio Ambiente do Movimento Comunitário da Ponta da Fruta, Emma Souza Machado, fundadora do Clube dos Filhotes da Baleia, da Ponta da Fruta, contou que ela foi acionada por volta de 1 hora por moradores da região, que encontraram várias tartarugas. "Eu acordei as crianças e imediatamente começamos recolher os filhotes", disse.

Os moradores da Ponta da Fruta pela manhã não conseguiram encontrar o buraco onde houve a desova. Eles estavam aguardando os técnicos do Projeto Tamar para iniciar este trabalho. Durante todo

o dia de ontem as crianças, cerca de 20, ficaram de vigília na praia procurando novas tartarugas, evitando que elas fossem atropeladas, como ocorreu no último dia 8, quando mais de 100 tartarugas também nasceram no local.

Segundo informou Emma Machado, há dois meses os moradores da região estão registrando desovas de tartaruga marinhas na praia, em Ponta da Fruta. Em função da iluminação pública na Avenida Beira-Mar, elas vão em direção à claridade, correndo o risco de serem atropeladas. "Resolvemos então criar o clube para tentar preservar a espécie, mas para isso precisávamos de orientação dos técnicos do Projeto Tamar", disse. Mas eles não apareceram no local das últimas vezes que foram comunicados.

Em contato ontem com os técnicos do Tamar, Emma Machado disse que ficou acordado que um biólogo sairia pela manhã de Regência até a Ponta da Fruta. "Ele vai orientar os moradores e as crianças sobre a forma correta de preservar os filhotes e como jogá-las ao mar. Apenas duas tartarugas apresentaram anomalias, de coloração branca na barriga. Elas foram separadas para serem levadas à Regência, onde serão pesquisadas.

Canoísta quer ajuda para rios

A Associação Barrense de Canoagem pretende pressionar os deputados da Assembléia Legislativa para que, através de um projeto de lei, a Cesan passe a cobrar no talão de água dos consumidores um imposto para a recuperação dos rios de Santa Maria e Jucu. Além disso, a entidade reivindica uma lei que regulamente a utilização dos rios. A informação é do secretário da Associação, Eduardo Pignaton, que acredita que a situação dos rios hoje requer uma ação efetiva e emergencial.

Ele lembrou que os integrantes da Associação vêm denunciando há bastante tempo que os rios estão morrendo, com o alto nível de assoreamento e poluição. "O descaso da fiscalização é muito grande. Há currais e balsas retirando areia indiscriminadamente, e não existe uma fiscalização para coibir esses abusos", destacou. Pignaton explicou que muitas vezes a Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama) embarga as balsas e outras atividades que poluem os rios, mas não existe uma lei que regulamente

a utilização dos rios no Estado.

O secretário da Associação de Canoagem considera que o imposto cobrado no talão de água deve ser gerenciado pelo Consórcio para Recuperação dos Rios Santa Maria e Jucu e entidades não governamentais. "Até o momento, o problema está sendo tratado de forma burocrática. Efetivamente não fizeram nada para salvar os rios. A Prefeitura de Vitória doou um caminhão de lixo para o município de Santa Maria, para impedir que o lixo do município seja depositado no rio. Esta foi a única iniciativa prática que vimos até o momento", assegurou.

O secretário de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), Fernando Schettino, divulgou nesta semana que está preparando um proposta inicial do anteprojeto de lei de criação do ICMS ecológico, com o qual pretende incentivar os municípios a promover a preservação ambiental. A idéia agrada ao secretário da Associação Barrense de Canoagem, mas ele entende que a iniciativa é "mais política.